Arqueologia Judaica no Concelho de Trancoso
(Novos Elementos)

Carla Alexandra Santos
(Câmara Municipal de Trancoso)

Carmen Ballesteros
(Universidade de Évora-CIDEHUS)

Presença judaica em Portugal (raízes)

A presença judaica no território português prolongou-se por um período de, pelo menos, mil anos balizados arqueológica e legalmente entre, os anos de 482 e 1496, sendo esta última a data do Édito de Expulsão de Portugal da minoria religiosa de que nos ocupamos. Em consequência do Édito de Expulsão dos Judeus e Mouros de Portugal, alguns membros da comunidade judaica converteram-se ao cristianismo, ainda que, apenas, aparentemente. Naturalmente, os mais abastados saíram do país constituindo parte da diáspora de origem sefardita.

Nos dias que correm e passado o peso da Inquisição e do Estado Novo, Portugal voltou a contar com uma representativa comunidade judaica ainda que esta, pouco ou quase nada tenha a ver com as diferentes comunidades judaicas do Portugal Medievo, a não ser pela manutenção das memórias históricas.

No território português, a presença judaica mais antiga remonta pelo menos ao final do século V, se aceitarmos o carácter judaico de uma lápide funerária epigrafada e datada de 482 d.C., a qual foi identificada próximo da fortificação da vila de Mértola (AAVV,1993:111). Contudo, é possível que um outro artefacto, provavelmente, proveniente da cidade romana de Ammaia, constitua um dos testemunhos arqueológico mais antigos, para a datação da presença judaica não só em Portugal mas, também na Península Ibérica.

Trata-se de um elemento de anel*, o qual de facto, nunca

* Nota do organizador: ver neste mesmo volume o artigo de Graça Cravinho.

Cadernos de Estudos Sefarditas, **nº 4, 2004, pp. 9-40.**

tivemos oportunidade de observar directamente, considerando que se encontra guardado no cofre de uma instituição bancária em conjunto com um outro grupo de materiais arqueológicos, presumivelmente, também provenientes da Cidade de Ammaia. Quando tivemos conhecimento da existência desta peça, pela amabilidade da Sra. D. Josefa da Conceição Neves e filho, a quem agradecemos, é natural que alguma emoção tenha tomado conta de nós. Na verdade, tratando-se de um elemento de anel, aparentemente, em pasta vítreamas, cuja decoração releva, claramente, do mundo judaico e, mais especificamente, alude à Festa dos Tabernáculos ou *Sukot*, poderíamos ter em Portugal e numa estação arqueológica cuja responsabilidade científica cabe à Universidade de Évora, um dos materiais arqueológicos judaicos mais antigos da Península Ibérica. Na verdade teria sido perfeito se esta peça fosse proveniente de um contexto seguro de escavação! Mas não. Tal como um outro significativo conjunto de materiais arqueológicos, este foi propriedade do Sr. António Maçãs que o deixou em herança a sua filha D. Delmira Maçãs. É muito provável mas, não absolutamente garantido que estes materiais arqueológicos sejam todos provenientes da Ammaia. Assim, devemos sempre considerar a hipótese de que alguns dos materiais que hoje pertencem a Delmira Maçãs possam ter integrado o grupo, no contexto de uma actividade de coleccionismo desenvolvida por António Maçãs, amigo e correspondente de Leite de Vasconcelos. Ainda que esta hipótese nos pareça pouco provável, trata-se na verdade, de uma peça sem qualquer informação contextual do ponto de vista arqueológico e, portanto, cuja datação segura é quase impossível de conseguir. A única indicação que podemos avançar é que este elemento de anel se for, efectivamente, proveniente da cidade de Ammaia, datará de um período entre o séc. I a.C. e o final do séc. V, sendo possível aproximá-lo, cronologicamente, em termos de produção e uso, tanto da data mais antiga como da data mais recente de existência do sítio como cidade romana. Assim sendo, temos um período bastante alargado de cerca de 600 anos, como período provável de produção e uso do artefacto.

Bastante mais problemas se colocam quanto à identificação do local de produção ou oficina de origem do artefacto. Ainda que sendo possível considerá-lo como proveniente de uma oficina

localizada em Mérida, tendo em conta as relações privilegiadas da cidade de Ammaia com Mérida, também é possível considerar que, existindo no mundo romano um comércio à escala do Mediterrâneo, esta peça tivesse chegado à Península Ibérica vinda de um qualquer centro produtor romano, com conhecimentos do mundo judaico e que, a este mercado, dedicasse uma quota da sua produção. Outro problema se coloca quanto à determinação do material em que foi produzida esta peça. Tendo nós tido contacto com o artefacto apenas por via fotográfica, parece-nos que o material de suporte possa ser a pasta vítrea, tendo a decoração hoje visível, sido obtida pelo processo de moldagem. Contudo, e após conversa telefónica com a Drª Graça Cravinho, a quem agradecemos, e que se encontra a estudar o conjunto de pedras de anel romanas em que esta se encontra incluída, informou-nos a investigadora que o material de suporte seria a pedra e a decoração, obtida por técnica de entalhe.

Ainda que com as naturais reservas de quem nunca tocou na peça continuamos, contudo, a julgar que o material de suporte seja mesmo a pasta de vidro. Já no que diz respeito à decoração julgamos que esta tenha sido obtida pelo processo de moldagem ainda que, com posterior inclusão, talvez por entalhe e nos sulcos obtidos, de algum outro material, provavelmente, precioso.

Pesem embora todas estas incertezas, algumas delas sem qualquer possibilidade de esclarecimento podemos, contudo, afirmar que é uma peça, provavelmente, originária da cidade romana de Ammaia e assim sendo, que terá sido recolhida num contexto romano.

A única questão a respeito da qual não temos dúvidas é aquela que diz respeito à identificação dos elementos decorativos nela constantes. Ainda que o anel possa ter sido produzido por um artesão romano, podemos afirmar com um elevado grau de certeza que este deve ter sido destinado a um consumidor judeu. Se alguma dúvida existisse a *Menorah*, ou candelabro de sete braços, como elemento decorativo central seria, suficientemente, esclarecedor. Para além da *Menorah,* identificamos também nesta peça, do lado direito, o *etrog* ou cidra, ou laranja-toranja, o *shofar* ou instrumento de sopro em corno de carneiro vazado e, do lado esquerdo da *Menorah*, aquilo que parece ser um ramo composto

por e de acordo com a *Mishná*: "R. Ismael dice: tres ramas de mirto y dos de sauce, una palma (…)" Suk 4,29. Assim, o ramo cerimonial de *Sukot*, porque é disso que pensamos tratar-se, será composto por três ramos de murta, dois de salgueiro e uma folha de palma ou *Lulav*. Ainda que *Lulav*, signifique, especificamente, a folha da palmeira, verificamos que, por extensão, se dá o mesmo nome ao ramalhete composto por estas três espécies.

A festa de *Sukot* constitui uma das três festas de peregrinação ou *shalosh regalim*, ou festas a pé, conjuntamente com a de *pesach* e a de *shavuot*. São festas de colheitas, sendo *Sukot* uma das mais felizes festividades bíblicas. Inicia-se em 15 de Tishri e prolonga-se por um período de 7 dias até 21 do mesmo mês. Durante estes 7 dias de duração da festa todo o israelita deveria habitar numa cabana e só de modo ocasional poderia entrar na sua casa. O habitar na cabana compreendia, fundamentalmente, o preparar e o tomar das refeições, bem como, o pernoitar nesse local. Esta obrigação estendia-se a todos os varões israelitas e inclusive às crianças que já não necessitassem dos cuidados das mães. A obrigação estendia-se também aos prosélitos e aos escravos libertos. Deste dever estavam, contudo, libertos os doentes, as mulheres e os escravos. Também as condições atmosféricas, sobretudo a chuva, podiam dispensar o cumprimento deste preceito, o que não implicava que a casa de família não fosse decorada como se de uma tenda se tratasse, com os tectos e as paredes cobertos de ramos dos quais se suspendiam os frutos da época e por entre os quais se podiam observar elementos decorativos alusivos aos astros.

Naturalmente, importa ainda explicitar melhor o carácter judaico deste artefacto e dos respectivos elementos decorativos, que, tendo um valor estético têem, sobretudo, o objectivo de transmitir uma mensagem simbólica e histórico/religiosa num mundo onde quase tudo tem, igualmente, um significado histórico/religioso e simbólico. As próprias festividades ou celebrações judaicas não são meras comemorações como acontece na maior parte dos países modernos mas, sim oportunidades de viver ou reviver acontecimentos da história do povo judeu como podemos ler no *Calendário de 5765* editado pela Comunidade Israelita de Lisboa: "As comemorações que se realizam nos nossos países modernos são cerimónias destinadas a glorificar um

facto passado ou uma individualidade desaparecida mas, por mais ardor que se traga a essas comemorações, os participantes não se sentem contemporâneos dos factos ou dos indivíduos que evocam. O herói duma evocação é um desaparecido que se honra como tal; os acontecimentos festejados estão já enterrados num passado distante. Para o israelita, celebrar um facto é vivê-lo ou revivê-lo.

As celebrações judaicas são, essencialmente, reconstituições e os judeus que nelas participam sabem que o passado é passado mas, colocam-se, sentimentalmente, ao lado e, às vezes na pele dos seus antecessores desaparecidos." Também podemos ler no mesmo *Calendário*, quando se apresenta o significado de *Sukot*, que: "(São festivos os dois primeiros dias) Festa das Cabanas, relembrando o deambular do Povo de Israel, durante quarenta anos pelo deserto, vivendo em tendas e cabanas. Também Festa das Colheitas, vivendo nessa altura toda a família em cabanas, em pleno campo para, em ritmo seguido, proceder às colheitas. É uma das 3 Festas de Peregrinação a Jerusalém (na época do Templo) dever sagrado para todo o cidadão válido, que trazia nessa altura os frutos colhidos para ofertar em prova e reconhecimento e para Bênção Divina."

No *Tratado da Mishná* dedicado às Festas diz-se que: "La fiesta de las cabañas tuvo en los orígenes, probablemente, un significado agrícola. Era la fiesta de la recolección de los frutos. Posteriormente recibió una significación histórica, como acción de gracias por los portentos obrados por Dios durante la estancia de Israel en el desierto. Según una tradición rabínica, el habitado en cabañas constituía una suerte de juicio que los israelitas hacían de si mismos. A causa de los pecados, Israel se había ganado el exilio. Con los siete días de residencia en las cabañas se intentaba levantar el castigo."

Fácil é também obter informação sobre a Festa dos Tabernáculos ou das Cabanas na Internet ou em qualquer dicionário dedicado aos temas judaicos. Num dos vários sites que consultámos pode ler-se: "En esta festividad cada judio debe proveer para si, segun el precepto Divino (Levitico 23:40), un *Etrog* (fruto cítrico), un *Lulab* (rama de palmera), três *Adasim* (rama de mirto) y dos *Aravot* (ramas de sauce) con las que bendecirá por los *Arbaat haMinim* (las cuatro espécies) en sus

plegarias. Estas especies generalmente se asocian a cuatro tipos distintos de judios. El *Etrog* que posee el aroma simboliza el perfecto conocedor de la Tora y observante de sus preceptos. El *Lulav*, con frutos pero sin aroma, simboliza al buen observante que no tiene conocimientos. El *Adas*, con aroma pero sin frutos, representa a aquel que conoce la Tora pero que no la cumple. La *Arava*, sin fruto y sin aroma, es el ejemplo del judio que no conoce ni cumple con los preceptos." Ver: (http://www.judaicasite.com/contenidos/festividades/sucot_quuees.php3).

Naturalmente, a *Torah* contempla várias referências que registam, não só a obrigatoriedade de cumprir a Festa das Cabanas mas, que também a descrevem:

> *Iahweh falou a Moisés e disse: Fala aos filhos de Israel e dize-lhes: No décimo quinto dia deste sétimo mês haverá, durante sete dias, a festa das Tendas para Iahweh. No primeiro dia, dia de santa assembleia, não fareis nenhuma obra servil. Durante sete dias apresentareis oferenda queimada a Iahweh. No oitavo dia haverá santa assembleia e apresentareis oferenda queimada a Iahweh. É dia de reunião solene, e não fareis nenhuma obra servil.*
>
> *Conclusão – Estas são as solenidades de Iahweh para as quais convocareis os filhos de Israel, assembleias santas destinadas a apresentar oferendas queimadas a Iahweh, holocaustos, oblações, sacrifícios, libações, segundo o ritual próprio de cada dia, além dos sábadps de Iahweh, das dádivas, dos votos e das oferendas voluntárias que fareis a Iahweh.*
>
> *Continuação sobre a festa das Tendas: Mas no décimo quinto dia do sétimo mês, quando tiverdes colhidos os produtos da terra, celebrareis a festa de Iahweh durante sete dias. O primeiro e o oitavo dias serão dias de repouso. No primeiro dia tomareis frutos formosos, ramos de palmeiras, ramos de árvores frondosas e salgueiros das ribeiras, e vos regozijareis durante sete dias na presença de Iahweh vosso Deus. Celebrareis assim uma festa para Iahweh, sete dias por ano. É lei perpétua para vossos descendentes.*
>
> *No sétimo mês fareis esta festa. Habitareis durante sete dias em cabanas. Todos os naturais de Israel habitarão em cabanas, para que os vossos descendentes saibam que eu fiz os filhos de Israel habitar em cabanas, quando os fiz sair do Egito. Eu sou Iahweh vosso Deus.*
>
> *E Moisés proclamou aos filhos de Israel as solenidades de Iahweh.* (BJ) Lv 23,33-44.

Ainda que consideremos que o carácter judaico deste artefacto esteja, plenamente, estabelecido, restam ainda algumas dúvidas insolúveis. A mais importante é talvez a da sua datação e, como já afirmámos teremos que considerar um período bastante alargado, de cerca de seiscentos anos, como período de produção, uso e abandono da peça. A oficina ou o artífice que o produziu também julgamos que poderá ser difícil de identificar considerando que, até ao momento, não conhecemos paralelos para este elemento de anel. Julgamos poder tratar-se de uma produção mediterrânica havendo, contudo, que considerar a hipótese deste poder ter sido produzido em Mérida onde, desde pelo menos o séc. II existiu uma comunidade judaica e que os autores judeus do séc. XII identificam como local onde terão ocorrido os mais antigos estabelecimentos judaicos na península ibérica.

Apesar de todas as questões que se colocam, a documentação arqueológica e a documentação escrita permitem-nos afirmar, com rigor, que a presença judaica no território de Portugal se prolongou por mais de mil anos.

Património judaico de Trancoso

O património judaico português exprime-se de forma muito significativa através da documentação escrita, nos usos e costumes mas, também, nos testemunhos materiais da presença desta comunidade religiosa minoritária. As judiarias, as sinagogas e as lápides funerárias judaicas, constituem elementos importantes desse património material judaico. Outro dos aspectos desse património material é constituído pelas marcas de simbologia religiosa judaica e cristã que se identificam, preferencialmente, em muitos imóveis das antigas judiarias portuguesas, (BALESTEROS; SANTOS, 2000: 331).

As marcas de simbologia religiosa judaica e cristã distribuem-se em cinco grupos principais: as marcas nas «*mezuzot*», ou seja ombreiras de porta, as quais resultam da tradição judaica de marcar nas portas das casas ou sinagogas o testemunho da fé monoteísta no Deus único de Israel; as cruzes cristãs; as abreviaturas católicas; as marcas longitudinais (BALESTEROS, 1995-96: 19-26); e as gravações de *menorot*, ou seja candelabros judaicos.

É este conjunto de gravações de simbologia religiosa que prende agora a nossa atenção, tendo sido objecto de uma prospecção e levantamento que abrangeram algumas freguesias do Concelho de Trancoso, Vila Medieval localizada no Distrito da Guarda.

As judiarias medievais mais importantes do distrito da Guarda foram as da própria cidade da Guarda, a de Trancoso, a de Celorico da Beira, Linhares, Vila Nova de Foz Côa, Gouveia e Alverca da Beira. Com o tempo, a comunidade de Trancoso chegou a tornar-se mais numerosa que a da cidade da Guarda (VASCO RODRIGUES, 1980: 18).

A vida de uma comunidade judaica na vila de Trancoso, está documentada do ponto de vista da informação escrita, desde o reinado de D. Pedro I (1357-67). Em carta de privilégio dada por este monarca aos judeus de Trancoso, diz-se que, por essa altura, lhes foi dada pela primeira vez, judiaria apartada onde pudessem morar (LIPINER, 1996: 29). A chancelaria de D. Pedro I permite, entre outros elementos, recolher alguns indícios no que diz respeito à localização geográfica da comuna judaica e da judiaria. Esta localizava-se na rua que fica situada na metade da vila, ocupando, a partir de então, o mesmo espaço onde os judeus sempre tinham vivido.

No que se refere à sinagoga medieval da vila, não existem certezas quanto à sua localização ainda que, a tradição oral e alguns autores apontem como sítio mais provável da sua implantação, a denominada Casa do Gato Preto, situada no Largo Luís de Albuquerque (CORREIA, 1989: 137).

Esta hipótese levanta-nos algumas dúvidas, pelo facto da construção ou reconstrução deste edifício datar, aparentemente, do início do século XVI tornando muito improvável que o edifício hoje existente tivesse funcionado como sinagoga, uma vez que o decreto de Expulsão dos Judeus de Portugal data de 1496. Para além de se tratar de um edifício datável dos inícios do séc. XVI, julgamos que, muito dificilmente, a Inquisição teria permitido a manutenção, numa fachada, de motivos escultóricos passíveis de relação com a imaginária religiosa judaica, (BALESTEROS; SANTOS, 2000: 212). Acresce ainda à nossa dúvida sobre a utilização deste imóvel, como sinagoga, o

facto de sabermos que, quando os judeus de Trancoso solicitaram a D. João II autorização para a ampliação da sinagoga, este terá acedido mas, com a limitação de que se não fizesse rica e exuberante, (LIPINER, 1996: 31). Como podemos observar ainda hoje a Casa do Gato Preto é uma das mais imponentes da vila.

No que respeita à antiga Rua da Judiaria, uma das últimas monografias de Trancoso aponta a sua localização para a Rua dos Cavaleiros (CARAMELO, 2003: 347). Esta última hipótese não nos parece viável uma vez que, nas suas imediações estava edificada a primeira muralha da cerca. Assim, esta rua representava um eixo fundamental de ligação entre as Portas de S. João e Portas do Carvalho, na altura as portas principais, antes da ampliação das muralhas, com D. Afonso III e, fundamentalmente, com D. Dinis. Da mesma forma que não nos parece razoável localizar um bairro judaico ou uma judiaria num eixo fundamental de uma qualquer Vila ou Cidade Medieval, muito menos nos parece razoável identificar uma judiaria ou uma casa judaica pela existência de uma porta larga e uma porta estreita. A existência deste género de portas é sim característica de qualquer bairro de origem medieval quer ele tenha sido ocupado por judeus ou cristãos. Na verdade, esta realidade arquitectónica é fruto de uma organização familiar e social onde o tecido produtivo encontra na unidade familiar o seu núcleo fundamental de estruturação, quer económica, quer social.

No século XIII verificou-se um aumento da população e a proliferação de vários templos em torno do núcleo urbano de Trancoso. Desta forma a necessidade de protecção contra os ataques inimigos impôs o alargamento da muralha tendo sido neste contexto e nos reinados atrás mencionados que se verificou a ampliação da cerca amuralhada. Deste modo e até aos nossos dias, passaram as Portas D'El–Rei, a ser as mais importantes da Vila (CORREIA, 1989: 123-124).

Considerando a hipótese levantada por Pedro Saldanha de que a Rua da Corredoura tenha sido a Rua da Judiaria, (SALDANHA, 2003: 26) parece-nos pouco provável que assim tenha acontecido. Ontem como hoje trata-se de uma artéria fundamental da Vila e não nos parece que as imediações de uma das Portas mais importantes da vila, ou seja das Portas

D'El–Rei, tenham sido reservadas para a comunidade minoritária. Apesar da comunidade judaica em Portugal ter tido alguns privilégios concedidos pelos monarcas, até agora, nenhuma das judiarias identificadas se implantou exactamente, no eixo mais privilegiado de qualquer dos aglomerados urbanos das cidades ou vilas do nosso país.

No que se refere à localização da artéria da vila que foi utilizada como zona de habitação judaica e, posteriormente, como Judiaria, julgamos que estas possam ter sido a actual Rua da Alegria. Parece-nos que esta terá sido a rua *da metade da vila*, quer se considerarmos a implantação da antiga cerca amuralhada, quer do ponto de vista da ligação ainda hoje visível, entre as Portas do Prado e a Rua da Alegria. Sustenta ainda esta possibilidade, o facto desta ser a artéria da vila que apresenta também maior quantidade de marcas de simbologia religiosa judaica e cristã.

No núcleo urbano antigo de Trancoso, encontramos, efectivamente, um número significativo de cruzes gravadas nas ombreiras de porta e janela, sobretudo, na Rua da Alegria. No entanto, podemos identificar cruciformes noutras ruas, panos e portas de muralha e ainda locais de culto. Assim, como já afirmámos noutros locais a existência de cruciformes deve ser interpretada com alguma cautela, podendo estes não só apontar pistas para a localização de uma antiga judiaria mas, também, sendo possível considerar que estes marquem zonas de habitação de cristãos-novos que, por questões de segurança não só abandonaram o antigo bairro mas, também procuraram ostentar sinais evidentes de adesão ao cristianismo. Também é verdade que a gravação de uma cruz, como acontece nos panos de muralha ou nos silhares graníticos das portas das muralhas pode resultar de um simples acto de Fé, procurando-se deste modo, recolher a protecção divina para o espaço.

No núcleo urbano antigo de Trancoso os cruciformes são identificáveis numa área bastante significativa, incluindo a própria muralha sendo estes passíveis de serem agrupados num conjunto de formas que vai das cruzes simples às cruzes decoradas, no topo, na base e nos braços, bem como, cruzes em relação com abreviaturas religiosas ou outros símbolos, com datas e ainda, cruzes isoladas ou em conjunto, (BALESTEROS; SANTOS; SANTOS, 2000: 213). A este conjunto acrescentamos agora, a gravação parcial de três *Menorot*, ou seja a gravação de metade de um candelabro de 7 e/ou 9 braços e a gravação de um peixe, símbolo do cristianismo e da profissão dos primeiros seguidores de Cristo.

Cruz com braços, topo e base decorados, gravada numa ombreira esquerda de um imóvel, na Rua das Seixas

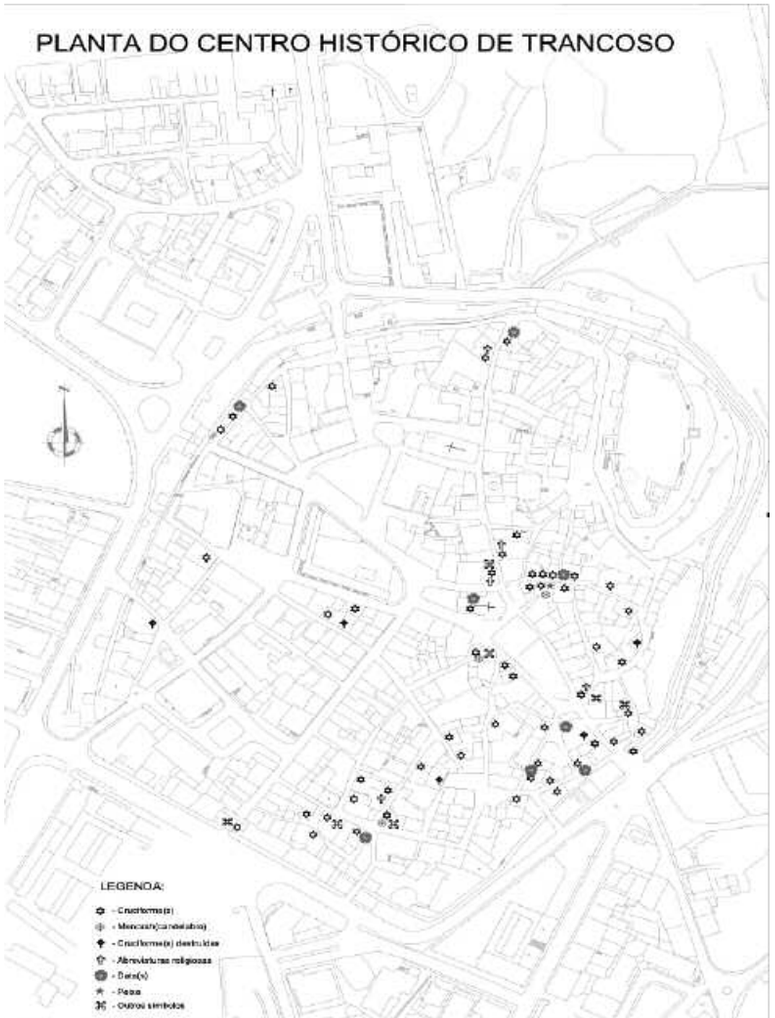
Fragmento de *Menorah* (candelabro de 7 braços), localizado na Rua da Estrela

Cruz, totalmente decorada, numa parede de um imóvel na Rua da Estrela

Cruz simples com base envolvida por um quadrado, localizada num imóvel da Rua da Alegria

Cruz decorada, nos braços, topo e base, com uma abreviatura religiosa, IHS = Jesus, localizada na Rua dos Cavaleiros

Cruz simples de base rectangular, com as abreviaturas religiosas: IHS = Jesus, AM = Avé Maria, e uma estrela de cinco pontas envolvida num círculo, painel localizado na Rua dos Cavaleiros



Como podemos observar na planta do Centro Histórico de Trancoso, a parte oriental da vila é aquela que apresenta um maior número de marcas de simbologia religiosa, com maior incidência na Rua da Alegria.

Foi nesta rua que, recentemente, procedemos ao levantamento topográfico parcial de um imóvel e, sobretudo, de alguns dos compartimentos deste, os quais os familiares já desaparecidos dos actuais proprietários, identificavam como sendo a Sala dos Paramentos, o mais pequeno e de planta rectangular e Sala de Orações, o maior e de planta quadrangular. Localizando-se o imóvel na Rua da Alegria, artéria que julgamos ter sido a antiga Rua da Judiaria, considerámos de todo o interesse a informação oral que recolhemos. As salas que nos interessam em particular localizam-se no primeiro andar, o que constitui um indício importante e, depois de procedermos ao levantamento topográfico verificámos que devemos considerar a hipótese de, neste imóvel ter funcionado uma Sinagoga, sendo possível que os compartimentos em estudo possam ter funcionado um, como Sala de Orações dos Homens e outro como sala de Orações das Mulheres. Esta casa é também aquela que contém maior quantidade de marcas cruciformes, um peixe e o que parece ser um fragmento de um candelabro, gravados nas ombreiras das portas e na fachada da mesma. Julgamos assim, que o imóvel mereceria um estudo mais aprofundado e rigoroso o que só será possível quando esteja concluído o processo da sua posse, a qual neste momento se divide por um conjunto de vários herdeiros, a quem agradecemos as facilidades que nos concederam em termos de acesso a toda a casa e respectivo quintal.

A escassez de documentação escrita que confirme a investigação material, é uma das dificuldades mais significativas quando pretendemos uma resposta para a questão de quem gravou e qual a intenção que determinou a realização das gravações de simbologia religiosa. Serão estas resultantes de um

puro acto de fé por parte dos cristãos–velhos ou novos ou reflectirão antes uma necessidade de defesa por parte dos cristãos–novos gravando, essencialmente, cruciformes nas ombreiras das portas para afirmarem a sua adesão ao novo credo religioso (BALESTEROS; SANTOS, 2000: 334)?

No que se refere a Trancoso já Lopes Correia, na década de oitenta do século XX, reflectia sobre o facto de cristãos–novos, ou seja judeus, convertidos ao cristianismo, verdadeira ou, fingidamente, terem por certo gravado cruzes no granito das suas casas (CORREIA, 1986:111). Já no que diz respeito ao Minho este género de gravações também não havia passado despercebido a Vergílio Correia: "En los sillares de las iglesias románicas, en monumentos religiosos cristianos de várias espécies e hasta en las jambas de las puertas de las casas arruinadas en Miño, he encontrado grabados: cruces com una base triangular, circular o tripartita. De aqui podría inferirse que los grabados cruciformes que que revistem las penñas de Sant'Ana y muchos otros de Portugal y España tendriam por objecto cristianizar las piedras a las quales daban culto los paganos." (CORREIA, 1921: 106-107). A gravação de cruci-formes não é, portanto, um fenómeno exclusivamente urbano, podendo também identificar-se em ambiente rural, como forma de cristianizar um espaço relacionado com cultos pagãos. Contudo, a frequência do fenómeno é mais significativa nos contextos urbanos das vilas e cidades de origem Medieval, onde os Centros Históricos se apresentem em razoável estado de conservação

A existência deste património constituído pelas marcas de simbologia religiosa, não se regista, somente, no Centro Histórico de Trancoso mas, também nalgumas freguesias do Concelho. Até ao momento trabalhámos já algumas dessas localidades, a saber: Moreira de Rei, Cogula, Valdujo, Ribeira do Freixo, Cótimos e Torre do Terrenho.

No levantamento efectuado até agora nestas povoações os resultados, quer do ponto de vista material, quer do ponto de vista da documentação escrita, vieram confirmar a possibilidade de uma presença judaica ou cristã-nova antigas.

Moreira de Rei possui, nalguns imóveis do aglomerado urbano, treze marcas cruciformes. Uma destas apresenta-se invertida o que nos leva a considerar a possibilidade ou de um reaproveitamento, ou de uma cruz alusiva ao martírio de Stº André, ou de alguma prática mágica pouco clara. Dois dos cruciformes estão associados às datas de 1776 e 1843, respectivamente. Contudo, como acontece noutros casos por nós já estudados, não podemos afirmar que a gravação dos cruciformes seja contemporâneo da gravação das datas.

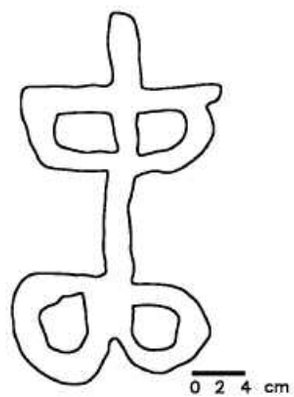


Imagem e desenho do decalque de uma marca cruciforme, decorada nos braços e base, num imóvel de Moreira de Rei

No que respeita à Cogula, localizámos apenas uma marca cruciforme, em Valdujo três e na Ribeira do Freixo duas, para além de uma estrela de cinco pontas ladeada por dois quadrados contendo quatro folhas gravadas. Nesta última povoação temos a informação da existência de um maior número destes símbolos mas, até ao momento não foi possível inventariá-los.

Pormenor de uma marca cruciforme em ombreira direita, na Cogula

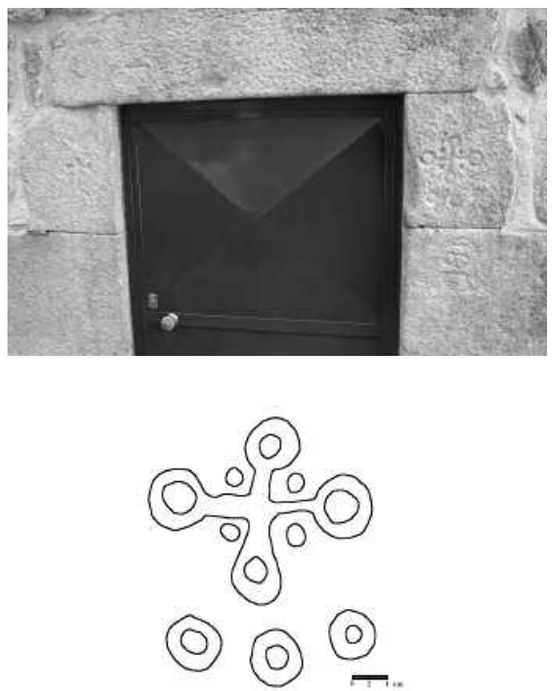
Marca cruciforme em ombreira direita, lado externo, com a data de 1779, em Valdujo.

Lintel com uma estrela de cinco pontas e dois quadrados com quatro folhas, gravados num moinho, na Ribeira do Seixo.

Na freguesia de Cótimos identificámos cerca de duas dezenas de marcas cruciformes, inscrições com o nome de pessoas, datas de época medieval e um painel pintado no granito, alusivo às Almas.

Imóvel com cinco cruzes gravadas na ombreira direita.

O património constituído pelos cruciformes é mais vasto e rico do ponto de vista estético em Torre do Terrenho. Nos imóveis desta povoação identificámos vinte e oito marcas de simbologia religiosa, das quais, vinte e sete são cruciformes tratando-se o último de um candelabro com sete braços. No que se refere às marcas cruciformes, estas encontram-se associadas a datas ou a abreviaturas religiosas, registando-se ainda isoladas ou em conjunto. A Rua da Carreira é a artéria da povoação que apresenta uma maior quantidade de marcas cruciformes e onde é possível encontrar a gravação do candelabro judaico.



Pormenor de imagem e desenho do decalque de um cruciforme na ombreira direita, decorado com a abreviatura IHS=Jesus, em Torre do Terrenho

Imagem e desenho do decalque de um cruciforme numa ombreira direita, com base triangular e as extremidades dos braços e topo decorados, envolvido por uma linha em forma de «capelinha»

Se, para algumas povoações não encontrámos ainda documentação escrita que prove a presença de judeus ou cristãos–novos, para outras, esta parece vir de encontro ao património material, constituído pelas marcas de simbologia religiosa identificadas nos imóveis dos aglomerados urbanos.

No que diz respeito à freguesia de Torre do Terrenho, quando D. Luís Monterroio comprou os terrenos para a construção do Solar dos Brasis, classificado como Imóvel de Interesse Público, estes encontravam-se confiscados porque tinham pertencido a uns cristãos – novos, condenados pelo Santo Ofício desta povoação (MARTINS, 2001: 10).

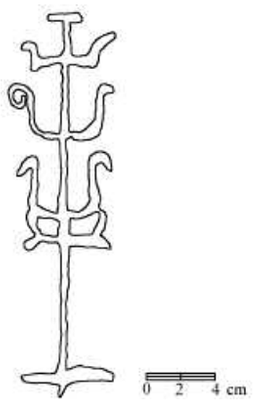
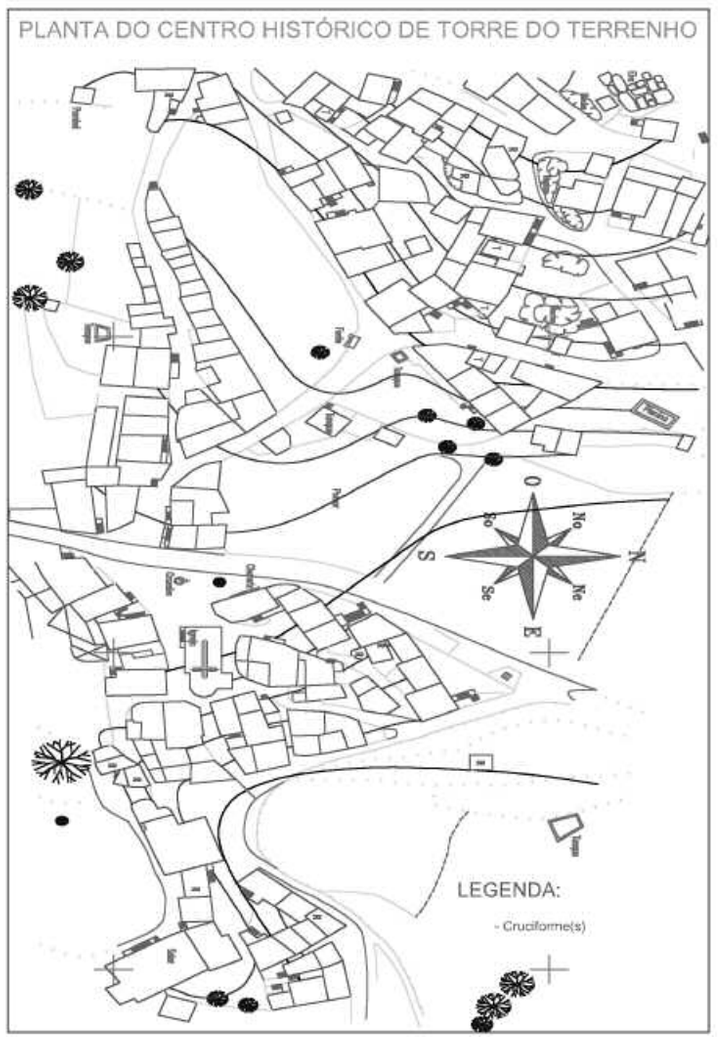


Imagem e desenho do decalque do candelabro, localizado num imóvel na Rua da Carreira em Torre do Terrenho



No inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820), este rol informa-nos quais as famílias do concelho de Trancoso e da própria vila que foram presas pela Inquisição. Neste documento podemos encontrar os seguintes nomes e datas: no ano de 1669 João Pinheiro que foi soldado infante, morador em Valdujo, Brites Mendes da Torre do Terrenho, em 1671 Isabel Neta da Torre do Terrenho, em 1674 Manuel Lopes da Torre do Terrenho, em 1644 Clara Borges e mais três pessoas da mesma localidade. Em 1711, Pedro da Fonseca Bernal morador nos Cótimos; entre 1725 e 1726, duas pessoas de Torre do Terrenho; no ano a seguir Brites Ribeira da Cogula; ano de 1729, três pessoas da mesma povoação e três do Cotimos, (CORREIA, 1986: 104-109).

Este artigo resulta, como outros trabalhos de investigação, de um Projecto mais vasto, iniciado há alguns anos e que continua em desenvolvimento, tendo já abrangido algumas localidades portuguesas e espanholas. Aqui se apresenta apenas o resumo de um trabalho de campo e de gabinete que, por limitação de espaço, não é possível publicar na íntegra.

No que diz respeito ao Concelho de Trancoso, pretendemos, a partir de agora, estender o trabalho às restantes localidades do Concelho realizando, de forma sistemática, o levantamento e estudo das marcas de simbologia religiosa.

No que diz respeito à Vila de Trancoso em particular, a nossa atenção dirige-se ainda para o estudo e levantamento da possível Sinagoga Medieval, localizada na Rua da Alegria, bem como, para a eventual localização do cemitério judaico.

Estes serão os nossos próximos desafios no que ao património judaico do concelho de Trancoso diz respeito.

Nota

Nos trabalhos de campo e de tratamento digital da informação, só possíveis com a contribuição de uma equipa de alguma dimensão, colaboraram os seguintes técnicos:

António Ramalho Alexandre – Câmara Municipal de Trancoso
Gerardo Vidal Gonçalves – Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora
Libertad Sanchéz Gil – Universidad Autónoma de Madrid
Maria Leonor Ballesteros – Universidade de Évora
Norberto Fialho - Universidade de Évora
Paula Monteiro – Câmara Municipal de Trancoso
Paulo Coelho- Câmara Municipal de Trancoso
Sara Ramos - Universidade de Évora

Bibliografia

Fontes

El Talmud de Babilónia, (1966), – Tratado Baba Batra, Editado por Abraham J. Weiss, Acervo Cultural Editores, Buenos Aires, Argentina.

A Bíblia de Jerusalém - BJ, (1986), Ed. Paulinas, São Paulo, Brasil.

La Bible, (1989), – Traduction Oecuménique – TOB, 3ª Ed., Ed. du Cerf, Société Biblique Française, France.

La Misná, (1997), Introdução, Tradução e Notas de Carlos del Valle*,* Ediciones Sígueme, Salamanca, España.

Obras Gerais

AAVV, (1993), *Museu de Mértola – Basílica Paleocristã*, Campo Arqueolólogico de Mértola.

BALESTEROS, Carmen (1994-95), *"*Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã – para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola.*" – in Revista Cultural*, Vila Viçosa, Nº 3/4, pp. 19-26.

BALESTEROS, Carmen (2000), "Aspectos da Arqueologia Judaica: Testemunhos da Vida e da Morte em Comunidades Judaicas Peninsulares.*", «Terrenos» da Arqueologia da Península Ibérica*, Porto, pp.131-150.

BALESTEROS, Carmen; SANTOS, Carla Alexandra, (2000), "Aspectos da Arqueologia Judaica em Trancoso.*" in Beira Interior História e Património*, Guarda, pp. 331-334.

BALESTEROS, Carmen; SANTOS, Carla Alexandra; SANTOS, Carla Sofia, (2000), "Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã ou Cristã – Nova nos Núcleos Urbanos Antigos de Estremoz e de Trancoso." in *«Terrenos» da Arqueologia da Península Ibérica*, Porto, pp.207-225.

CARAMELO, Amado, (2003), *Monografia de Trancoso*, Ed. Câmara Municipal de Trancoso.

CORREIA, Lopes (1989), *Trancoso – Notas para uma Monografia*, Câmara Municipal de Trancoso, pp. 123-124.

CORREIA, Lopes (1986), *Notícias de Trancoso,* Câmara Municipal de Trancoso, pp.104-111.

CORREIA, Vergílio, (1921), *El Neolítico de Pavia* (Alentejo-Portugal), Museo Nacional de Ciências Naturales.

LIPINER, Elias (1996), *Gonçalo Anes Bandarra e os Cristãos – Novos,* A.P.E.J., Câmara Municipal de Trancoso, Trancoso, p.29.

MARTINS, Carlos Berrincha (2001), "D. Luís Monterroio", *in Revista Altitude*, Ano LIX, Nº6, 3ª Série, p.10.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1980), *Judeus e Inquisição na Guarda,* Porto, p.18.

SALDANHA, Pedro, (2003), "Onde Viviam Afinal os Judeus de Trancoso?" in *O Bandarra – Almanaque Anuário de Trancoso*, Autoria e Org. de SANTOS COSTA, Fernando Jorge, edição de Fernando Jorge Santos Costa e Câmara Municipal de Trancoso, pp.25-30.

A Actuação Inquisitorial na Margem Esquerda do Guadiana (1640-1715)

João Cosme
(Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

Introdução

A Inquisição institucionalizou-se em Portugal no século XVI. Na Europa desta época, a unidade religiosa era condição essencial para se conseguir a unidade política. Para melhor atingir aquele desiderato, a Inquisição não só funcionava como um tribunal especializado julgando as práticas moralmente interditas (judaísmo, eslamismo, bigamia, etc.), mas também fiscalizava os comportamentos quotidianos com o intuito de prevenir os desmandos e de informar o julgador de quem prevaricava.

A Bula *Meditatio cordis* (16.7.1547) de Paulo III restruturou o funcionamento do Santo Ofício e deu inicío a uma efectiva e sistemática actuação inquisitorial, perseguindo e punindo todos os que não respeitassem, no seu dia a dia, os padrões comuns da unidade mental e comportamental. Os cripto-judeus tornaram-se os principais alvos da repressão, já que não se integraram cabalmente na sociedade, funcionando como grupo minoritário divergente.

Esta fase foi interrompida pela conjuntura de excepção que o movimento do 1º de Dezembro de 1640 proporcionou. Iniciou-se, assim, em meu entender, um novo ciclo, durante o qual os apoiantes e os contestatários da perseguição judaica se "digladiaram" e que terminou em 1773, com a publicação da *Carta de Lei* que aboliu a designação de cristão-velho e cristão-novo.

Cadernos de Estudos Sefarditas, **nº 4, 2004, pp. 41-149.**